



GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DE
TÉCNICO E AGENTE DA ÁREA INSTRUMENTAL DO GOVERNO; TÉCNICO E AGENTE DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL; TÉCNICO E AGENTE DO SERVIÇO DE TRÂNSITO;
TÉCNICO E AGENTE FUNDIÁRIO; FISCAL, ANALISTA E AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA E
FLORESTAL; CONCILIADOR E FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR;
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE; E AUDITOR DO ESTADO**

EDITAL COMPLEMENTAR N. 2 AO EDITAL N. 005/2009 – SAD/MT, DE 27 DE JULHO DE 2009.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **retificação** do Edital n. 005/2009 – SAD/MT, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 27 de Julho de 2009, que passam a vigorar com a redação abaixo especificada, ficando inalterados os demais itens, subitens e anexo do referido Edital.

5. DA INSCRIÇÃO COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

(...)

5.2.1 O protocolo dos documentos, conforme subitem 5.2 é de responsabilidade exclusiva do candidato, e deverá ser protocolado, no período de **03 a 07/08/2009**, pelo candidato ou por intermédio de terceiros, não havendo necessidade de procuração.

(...)

ANEXO I

CARREIRA/CARGO/PERFIL PROFISSIONAL/REQUISITOS/VAGAS

**Carreiras: Profissionais da Área Instrumental do Governo
Profissionais de Desenvolvimento Econômico Social
Profissionais do Serviço de Trânsito
Profissionais do Meio Ambiente
Auditor do Estado**

Onde se lê:

(...)

Cargos	Nível de Escolaridade	Perfil Profissional	Requisitos Básicos
Técnico da Área Instrumental Técnico de Desenvolvimento Econômico Social Técnico do Serviço de Trânsito Analista Administrativo de Defesa Agropecuária Florestal Analista do Meio	Superior	Analista de Sistema	♦ Diploma de graduação de curso superior na área de informática, ou de outro curso superior com pós-graduação lato-sensu (especialização com carga horária mínima de 360 horas) na área de sistemas e computação, ou com pós-graduação stricto-sensu (mestrado ou doutorado) na área de informática, reconhecidos pelo MEC.

Ambiente			
Auditor do Estado			

Leia-se:

(...)

Cargo	Nível de Escolaridade	Perfil Profissional	Requisitos Básicos
Técnico da Área Instrumental Técnico de Desenvolvimento Econômico Social Técnico do Serviço de Trânsito Analista Administrativo de Defesa Agropecuária Florestal Analista do Meio Ambiente Auditor do Estado	Superior	Analista de Sistema	♦ Diploma de graduação de bacharel em ciência da computação e/ou sistema de informação, ou qualquer curso superior com pós-graduação lato-sensu (especialização com carga horária mínima de 360 horas) em engenharia de software ou análise de sistema, ou ainda, com pós-graduação stricto-sensu (mestrado ou doutorado) na área de informática, reconhecidos pelo MEC.

ANEXO VI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Prova Objetiva (P3) – Conhecimentos Específicos

NÍVEL SUPERIOR

5. PERFIL: ADVOGADO (TÉCNICO DA ÁREA INSTRUMENTAL, TÉCNICO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL, TÉCNICO DO SERVIÇO DE TRÂNSITO, ANALISTA DO MEIO AMBIENTE, ANALISTA ADMINISTRATIVO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL, TÉCNICO FUNDIÁRIO E CONCILIADOR FISCAL DO PROCON).

Direito Administrativo: 1. Conceitos e Fontes do Direito Administrativo. 2. A Administração Pública: Conceito. Poderes e deveres do Administrador Público. Uso e abuso do poder. Organização Administrativa Brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direita e Indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedade de Economia mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. 3. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. 4. Atos Administrativos: fatos da administração pública, atos da Administração Pública e fatos administrativos. Conceito, formação, elementos, atributos e classificação. Mérito do Ato Administrativo. Discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 5. Serviços Públicos: conceito; classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. 6. Servidores Públicos: Regime Jurídico, provimento e vacância de cargos públicos, remoção, redistribuição, direitos e vantagens, licenças e afastamentos e seguridade social do servidor. 7. Controle da Administração Pública: Conceito. Tipos e formas de Controle. Controle Interno e Externo. Controle Prévio, Concomitante e Posterior. Controle Parlamentar. Controle pelos Tribunais de contas. Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. 8. Responsabilidade Civil do Estado. Ação de Indenização. Ação Regressiva. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Lei Estadual nº 7.692 de 01 de julho de 2002 (Processo Administrativo).

Cuiabá/MT, 31 de Julho de 2009.

GERALDO APARECIDO DE VITTO JUNIOR
Secretário de Estado de Administração